
FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

ALESSANDRA KNOLL
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022

II

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

ALESSANDRA KNOLL
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022

II

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Função política e social do direito e teorias da constituição 2

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Alessandra Knoll

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F979 Função política e social do direito e teorias da constituição 2 / Organizadora Alessandra Knoll. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-879-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.790222601>

1. Direito. 2. Lei. 3. Constituição. I. Knoll, Alessandra (Organizadora). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Função política e social do Direito e Teorias da Constituição” é uma obra de tema atual cujo foco principal é a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos.

O objetivo central foi apresentar, de forma categorizada e clara, estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país e exterior. Em todos esses trabalhos a linha condutora foi o aspecto relacionado ao Direito e trazer à tona temas sociais e políticos relevantes para a coletividade.

A obra foi dividida em 2 volumes, para que o tema fosse debatido na sua complexidade e importância.

No primeiro volume, focou-se no direito à saúde e nas políticas públicas envolvendo a saúde coletiva, com destaque para assuntos relacionados à covid-19, que tiveram grande impacto na vida dos Brasileiros de março de 2020 até os dias atuais. Pela sua grande importância, o volume trouxe cinco artigos que debatem diretamente o tema da pandemia e suas repercussões. Além de outros trabalhos que focam na temática da saúde. Com destaque para dois artigos que debatem a judicialização da saúde e um trabalho que trata da saúde da mulher. Este volume da obra trouxe, ainda, dois artigos sobre os Conselhos municipais de saúde e encerra-se o volume 1 com dois artigos sobre seguridade social, que corresponde a um conceito mais amplo de saúde e dignidade.

O segundo volume inicia com um Manifesto, e uma crítica ao famoso “juridiquês” que acaba por distanciar as leis do povo. Em seguida, apresenta-se ao leitor ou à leitora temas diversos discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo direito e sua complexidade. Finaliza-se o volume 2 desta obra com dois artigos sobre a formação em direito, as experiências discentes com os direitos humanos e uma reflexão acerca do trabalho do docente.

Deste modo a obra “Função política e social do Direito e Teorias da Constituição” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Alessandra Knoll

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MANIFESTO DO JURISTA INFORMALISTA

José Henrique Bezerra Fonseca

Ricardo Russell Brandão Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226011>

CAPÍTULO 2..... 14

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA TAXA DE LIXO


Ana Paula Valdez Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226012>

CAPÍTULO 3..... 32

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS CONFERIDAS POR LEIS DE INICIATIVA PARLAMENTAR: CONSTITUCIONALIDADE ASSENTE QUE PODE, CONTUDO, GERAR PREJUÍZOS AS POLÍTICAS PÚBLICAS, NECESSIDADE DE ANÁLISE PLURALÍSTICA PELOS LEGISLADORES LOCAIS AO TRATAREM DO TEMA


Mayla Furlaneti Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226013>

CAPÍTULO 4..... 38

EMPODERAMENTO FEMININO POR MEIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Stela Leticia Henrique


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226014>

CAPÍTULO 5..... 52

UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA É POSSÍVEL?

Claudio Oliveira Fernandes

Irandi Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226015>


CAPÍTULO 6..... 66

LA INCLUSIÓN DE LA CULTURA CONTRIBUTIVA EN LA ENSEÑANZA BÁSICA Y MEDIA SUPERIOR: UNA PROPUESTA PARA MÉXICO

Miguel Angel Medina Romero

Héctor Alcántar Rodríguez de la Gala

Alejandro Bustos Aguilar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226016>


CAPÍTULO 7..... 74

A PERSECUÇÃO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL MULTICULTURAL E PLURIÉTNICO

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

Marcelo Machado Costa Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226017>


CAPÍTULO 8..... 88

KAIOWÁ/PAĨ TAVYTERÃ: ESPAÇO DE REAFIRMAÇÃO DO DIREITO AO OGUATÁ PORÃ NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues

Marco Antônio Rodrigues

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226018>

CAPÍTULO 9..... 100


CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS E O DIREITO À SAÚDE: UMA REVISÃO NARRATIVA

Luis Miguel Diniz Farias

João Pedro Leite Damasceno

Sarah Brunet Cavalcanti

Clésia Oliveira Pachú


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226019>

CAPÍTULO 10..... 113

SERIA A IMPROBABILIDADE COMUNICACIONAL ENTRE O DIREITO E A CIÊNCIA ACERCA DO RISCO UMA AMEAÇA À GESTÃO RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL DAS INOVAÇÕES NANOTECNOLÓGICAS?

Raquel von Hohendorff

Daniele Weber S. Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260110>


CAPÍTULO 11..... 128

DIREITO POTESTATIVO: UMA PERSPECTIVA ACERCA DO DIVÓRCIO IMPOSITIVO

Rosianne Aparecida da Silva Liberato

Pedro Henrique Oliveira

Laurentino Xavier da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260111>

CAPÍTULO 12..... 140


A (DES)HARMONIA ENTRE OS PODERES E OS LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Luiz Eduardo Gunther

Letícia Gabriela Camargo Franco de Lima

Francelise Camargo de Lima

Pedro Franco de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260112>

CAPÍTULO 13..... 158


CORRUPÇÃO SISTÊMICA E A DICOTOMIA EXISTENTE NA MODERNIDADE PERIFÉRICA

Luiz Eduardo Gunther

Letícia Gabriela Camargo Franco de Lima

Francelise Camargo de Lima

Pedro Franco de Lima


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260113>

CAPÍTULO 14..... 177

PROGRAMA DE APOIAMENTO JURÍDICO POPULAR - PAJUP: DESENVOLVIMENTO DISCENTE EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E A FAVOR DA COLETIVIDADE

Luciana Gomes da Silva

Arnaldo Vieira Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260114>

CAPÍTULO 15..... 189

IDENTIDADE, PROFISSIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIDADE DOCENTE: UM PROCESSO DINÂMICO E CONTÍNUO

Marcelo Cesar Salami

Dirléia Fanfa Sarmento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260115>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 202

ÍNDICE REMISSIVO..... 203

PROGRAMA DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR - PAJUP: DESENVOLVIMENTO DISCENTE EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E A FAVOR DA COLETIVIDADE

Data de aceite: 01/11/2021

Data da submissão: 08/10/2021

Luciana Gomes da Silva

Centro Universitário UNDB
São Luís-MA

<http://lattes.cnpq.br/8119644466050112>

Arnaldo Vieira Sousa

Centro Universitário UNDB
São Luís-MA

<http://lattes.cnpq.br/6260914793098064>

RESUMO: O Programa de Assessoria Jurídica Popular – PAJUP, vem, há 12 anos, desenvolvendo junto aos discentes do Centro de Ensino Superior Dom Bosco, atividades de extensão universitária relacionadas com a defesa de Direitos Humanos. Algumas ações foram desenvolvidas junto a órgãos de Direitos Humanos em São Luís e no interior do estado, bem como junto a movimentos sociais e comunidades locais que têm seus direitos violados. Assim, ante a várias situações de conflitos vivenciadas por comunidades na Ilha de São Luís, o PAJUP foi delimitando sua linha de atuação. Tal experiência foi relatada no livro “Direito achado na ilha: tutela jurídica da posse no contexto de conflito fundiário coletivo urbano no município de Paço do Lumiar/MA”, lançado em março de 2018. Portanto, o presente trabalho intenta observar o desenvolvimento dos discentes inseridos no PAJUP, por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas com seus membros, destacando conquistas e os desafios para a consolidação

de Direitos Humanos, voltados a responder às demandas reais da coletividade. Desse modo, nota-se que essas práticas são fundamentais à vida acadêmica, porque pautadas na concepção de direito crítico e numa formação freiriana e os discentes podem desenvolver no PAJUP maiores habilidades em pesquisa e extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos. PAJUP. Extensão universitária.

POPULAR LEGAL ADVICE PROGRAM - PAJUP: STUDENT DEVELOPMENT IN DEFENSE OF HUMAN RIGHTS AND IN FAVOR OF THE COLLECTIVENESS

ABSTRACT: The Popular Legal Advice Program – PAJUP, has been developing, for 12 years, with the students of the Dom Bosco Higher Education Center, university extension activities related to the defense of Human Rights. Some actions were developed with Human Rights bodies in São Luís and in the interior of the state, as well as with social movements and local communities that have their rights violated. Thus, in the face of various situations of conflict experienced by communities on the island of São Luís, the PAJUP defined its line of action. This experience was reported in the book “Law found on the island: legal guardianship of ownership in the context of collective urban land conflict in the municipality of Paço do Lumiar/MA”, released in March 2018. Therefore, this paper aims to observe the development of students inserted in the PAJUP, through a bibliographic survey and interviews with its members, highlighting achievements and challenges for the consolidation of Human Rights, aimed at responding to the real demands of the

community. Thus, it is noted that these practices are fundamental to academic life, because they are based on the conception of critical law and on a Freirian education, and students can develop greater skills in research and extension at the PAJUP.

KEYWORDS: Human rights. PAJUP. University Extension.

1 | INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos vem perdendo espaço em debates no âmbito acadêmico. Isto revela um crescente desinteresse dos estudantes em relação ao tema, embora na grande maioria de Instituições de Ensino Superior no Brasil, Direitos Humanos ainda seja uma disciplina lecionada nos cursos de Direito. Não raro, os temas ligados a tais direitos causam resistência, divergências ou restam apenas na superficialidade. Talvez porque se parta sempre daquela concepção universalista e abstrata incapaz de atender às demandas por justiça social de fato. Portanto, torna-se relevante um aprofundamento com base em novas perspectivas de atuação em defesa de direitos humanos.

Neste sentido, faz-se oportuno conhecer os trabalhos desenvolvidos pelas Assessorias Jurídicas Populares – AJUP's, para perceber a importância que uma atividade de extensão desta proporção pode representar, tendo em vista uma formação acadêmica mais rica e dinâmica. A partir da experiência particular do Programa de Assessoria Jurídica Popular – PAJUP, é possível perceber que a inserção dos discentes no grupo pode ajudar a transformar a realidade social local, dando-lhes maior capacidade de atuar em favor da coletividade. O que, ao mesmo tempo, pode elevar o nível de conhecimento e também conduzir a uma atuação profissional voltada às lutas contra as injustiças sociais e em defesa dos direitos humanos.

Assim, o presente trabalho intenta observar as atuações do PAJUP em defesa de direitos humanos, estes compreendidos de modo local e efetivo e os reflexos disso no processo de desenvolvimento discente, considerando a participação em atividades de pesquisa e extensão. Para tanto, o trabalho apresenta, em primeiro momento, uma discussão sobre a contribuição das AJUP's para a defesa dos Direitos Humanos, definindo a Assessoria Jurídica Popular e demonstrando sua relação com as políticas educacionais em direitos humanos. Em segundo momento, busca-se perceber como as atuações no PAJUP podem impulsionar o desenvolvimento discente, destacando-se suas principais ações, a partir da perspectiva dos seus próprios membros, considerando a contribuição para sua formação acadêmica e profissional.

2 | A CONTRIBUIÇÃO DAS AJUP'S PARA A DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

Diante do processo de redemocratização vivido no Brasil ao longo dos anos 80, as Instituições de Ensino Superior desenvolveram um papel preponderante nos diversos contextos de lutas sociais. De modo particular, os estudantes de Direito se viram envolvidos

em diversas causas, atuando junto aos movimentos sociais. Com a extensão universitária, houve uma maior aproximação dos problemas locais e foram se articulando ações em defesa de direitos humanos e fundamentais. Neste sentido, destaca-se o surgimento das Assessorias Jurídicas Populares (AJUP's):

A aproximação entre os grupos de assessoria jurídica popular e movimentos sociais e organizações ligadas às classes populares, de um modo geral, se insere em um processo histórico mais amplo que o cenário histórico brasileiro e da AJUP, relacionando-se com o declínio do Estado de Bem-Estar do Norte global, a ascensão da política econômica neoliberal, a derrocada do socialismo no leste europeu e a reorganização das esquerdas a partir de meados da década de 1980 (ALMEIDA apud NORONHA, 2016. p.233).

Assim, as AJUP's foram inseridas em um contexto de militância política estudantil desde 1990 e foram se articulando “com a proposição e organização de projetos de extensão junto às comunidades de todo Brasil”. (NORONHA, 2016, p.234). Há que se destacar que estas assessorias estão focadas em ações de defesa de direitos coletivos, em associação com movimentos sociais e organizações populares. Mas, na prática, em que consiste o trabalho realizado pelas AJUP's? De acordo com a concepção de Ribas (2009) pode-se observar algumas formas de atuação das mesmas:

[...] consiste no trabalho desenvolvido por advogados populares, estudantes, educadores, militantes dos direitos humanos em geral, entre outros; de assistência, orientação jurídica e/ou educação popular com movimentos sociais; com o objetivo de viabilizar um diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo para a realização de direitos fundamentais para uma vida com dignidade; seja por meio dos mecanismos oficiais, institucionais, jurídicos, extrajurídicos, políticos e da conscientização (RIBAS, 2009, p.22).

Com base em diversas experiências realizadas pelas Assessorias Jurídicas Populares no Brasil, é possível perceber a significativa contribuição para salvaguardar direitos humanos. Assim, é interessante perceber as origens e as perspectivas de atuação destas Assessorias. Segundo Béchade (2013), a sociedade tem demandado por educação de direitos humanos a partir do processo de democratização brasileiro. A autora ressalta ainda que, depois da Conferência de Viena em 1993, o Ministério da Justiça criou um grupo de trabalho para preparar essa atuação.

O fato é que com um aprofundamento sobre a concepção contemporânea de direitos humanos, inserindo nestes, “de modo indissociável, os direitos civis, os direitos políticos, os direitos sociais, os direitos econômicos e os direitos culturais” (BECHADE, 2013, p. 26), ampliou-se também a possibilidade de atuação da sociedade civil organizada, seja por meio dos movimentos sociais, que dentro das Instituições de Ensino Superior, ressaltando-se a previsão nas Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos, aprovadas em 2012 pelo Conselho Nacional de Educação:

[...] incluir os direitos humanos por meio de diferentes modalidades como disciplinas, linhas de pesquisa, áreas de concentração, transversalização

incluída nos projetos acadêmicos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, bem como em programas e projetos de extensão (BRASIL, 2009, p. 186).

Desse modo, houve maior incentivo para a realização de programas e projetos de pesquisa e extensão para atuarem em defesa dos direitos humanos, por isso é oportuno perceber como isto vem ocorrendo na prática. Para tanto, é necessário perceber as peculiaridades dos cursos, buscar modos de envolver os discentes em novas práticas, com enfoque especial para as lutas coletivas.

2.1 Considerações e desafios para o ensino e prática em direitos humanos

Para uma reflexão adequada sobre o ensino jurídico e seu enfoque em direitos humanos é importante considerar como esse discurso foi historicamente construído. Diante das deficiências apontadas pelo positivismo jurídico moderno, Bobbio (1995) sustenta que as mesmas foram demonstradas diante das atrocidades da segunda guerra mundial, trazendo à tona sistemas jurídicos altamente injustos. Assim, houve aquilo que para alguns significou o renascimento do jusnaturalismo, ao que, Bobbio defende não se tratar de um renascimento, dado que o mesmo nunca morrera, mas ao longo da história houve apenas uma alternância entre teorias jusnaturalistas e anti-jusnaturalistas.

De fato, no pós-guerra, houve um apelo mundial a favor da concretização da dignidade humana e da justiça social, que, para Fachin e Pianovski (2012), ambas se tornaram um componente ético-jurídico inafastável ao qual se subordina todo o Direito. Para constitucionalistas como Ingo Sarlet (2001) a dignidade da pessoa humana encontrou espaço em seu discurso, como forma de reafirmar os direitos e deveres fundamentais contra quaisquer atos desumanos e degradantes, concedendo condições de vida e promovendo uma participação ativa e co-responsável no seu destino e dos demais seres humanos. Deste modo, “é inegável a relevância da educação e do ensino jurídico no processo de solidificação dos direitos humanos e da cidadania” (FURTADO, 2012, p.41).

Em que pese o incentivo para a introdução de direitos humanos em práticas acadêmicas, seja no ensino, pesquisa ou extensão, é necessário também considerar o nível de envolvimento e interesse dos discentes com a temática. Por isso, vale ressaltar as críticas atuais aos direitos humanos, a partir do modo como tem sido apresentado, sustentando-se uma concepção universalista e essencialista de tais direitos, que acaba por não gerar muitos resultados. Portanto, faz-se necessário repensar formas de abordagem dos direitos humanos que possam despertar maior envolvimento discente.

Para Boaventura de Sousa Santos (1997), há um descompasso entre as características culturais dos direitos humanos e sua perspectiva global ou universalista que precisa ser amenizado, por isso ele busca demonstrar a necessidade atual de uma “política progressista de direitos humanos, com âmbito global e legitimidade local” (SANTOS, 1997, p.13). Assim, propõe uma concepção multicultural de direitos humanos,

fundamentada naquilo que ele chama de hermenêutica diatópica, capaz de considerar o que seja relevante para cada cultura, buscando, em alguma medida, soluções às ameaças aos direitos humanos dentro das próprias comunidades.

Nesse sentido, a partir da visão de Giorgio Agamben (2010), pode-se fundamentar uma crítica aos direitos humanos baseada na concepção de biopolítica de Foucault, de Hanna Arendt sobre o totalitarismo e na decadência da esfera pública na modernidade. Ao aprofundar a concepção de vida nua, o referido autor apresenta outro contraponto à concepção predominante de direitos humanos, com base nos textos de Arendt que expõe a problemática da vida nua natural daqueles que estão desamparados pelo Estado-nação.

Assim, observam-se as concepções controversas sobre os direitos humanos e todos os desafios que isso pode representar, considerando a responsabilidade atribuída também ao ensino jurídico, vez que o mesmo deveria voltar-se à defesa dos direitos humanos. Torna-se, portanto, imprescindível um enfoque local, com especial destaque aos problemas da coletividade e não apenas aos problemas individuais. Portanto, o âmbito jurídico não pode se omitir nesse debate, interrogando quais seres humanos poderão ter esses direitos assegurados, para que se possa chegar a uma efetiva dimensão dos mesmos.

Nesse sentido, vale considerar a atuação das AJUP's como forma de incidir sobre a realidade local em defesa de direitos humanos, compreendidos a partir de uma visão mais ampla. Assim, os direitos humanos foram se efetivando graças ao “esforço coletivo de pessoas e entidades comprometidas com a transformação de mentalidades e atitudes” (BECHADE, 2013, p. 28). Ressalta-se ainda que:

A Assessoria Jurídica Popular (AJUP) emergiu e amadureceu como nova possibilidade de intervenção social do saber jurídico, encontrando no espaço universitário palco privilegiado para a produção de embates ideológicos contra-hegemônicos por outra educação jurídica e pela luta por projeto de sociedade que valorizasse a participação popular, os direitos humanos e a democracia (OLIVEIRA, 2010, p. 113).

Neste ponto, cabe pensar também sobre os desafios para essa efetiva contribuição das Assessorias Jurídicas Populares em defesa dos Direitos Humanos. Por exemplo, a AJUP da Universidade Federal do Sul do Pará que é muito envolvida com conflitos agrários, apresenta relatos dramáticos dos advogados populares que ali atuam, haja vista as constantes perseguições aos líderes comunitários que arriscam a própria vida.

Assim, sabe-se que, de modo geral, as ações desenvolvidas por movimentos sociais e pelas AJUP's passam por dificuldades e são passíveis de críticas, vez que tendem a contestar práticas dominantes de exploração e exclusão social, em defesa das classes oprimidas. Por isso, é interessante enfatizar a exigência de um debate mais intenso junto aos órgãos públicos de promoção de direitos humanos, com participação efetiva da sociedade civil, para que seja considerada toda a problemática relacionada à defesa de tais direitos.

2.2 Programa de Assessoria Jurídica Popular (PAJUP) e o desenvolvimento discente

Com o desejo de incidir na realidade social da Ilha de São Luís, os estudantes do curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, inspirados pelo minicurso oferecido durante a III Jornada Jurídica da instituição, em 2006: “Extensão Universitária e Educação Jurídica Popular”, promovido pela professora Márcia Cordeiro, com colaboração do NAJUP (Núcleo de Assessoria Jurídica Popular “Negro Cosme” – UFMA), fizeram a proposta de criação de uma Assessoria Jurídica Popular à Coordenação do Curso. No entanto, apenas em 2008 o Programa de Assessoria Jurídica Popular (PAJUP) da UNDB se concretizou.

De acordo com o Estatuto do PAJUP, dentre as suas finalidades estão: “lutar pela efetivação de direitos fundamentais da pessoa humana”, e “propiciar a articulação necessária entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 2º, I e II). Assim, ao longo do tempo, foram sendo desenvolvidas várias atividades, tais como: a parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH (2009), NAJUP Negro Cosme e Centro de Direitos Humanos de Barreirinhas – CDHB (2010), o ingresso na Rede de Assessorias (após o XI ERENAJU – São Paulo), a atuação conjunta com a Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA etc.

Por meio da atuação nesta atividade de extensão que já dura mais de uma década é possível perceber a contribuição fundamental que a mesma representou e ainda representa aos seus membros, gerando melhores desempenhos durante a formação acadêmica. Para compreender a relevância da extensão na vida dos alunos, vale notar que a mesma foi regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu artigo 43, incisos VI e VII, destacando-se como finalidade da educação superior: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (BRASIL, 1996).

Para além da disposição legal, tem-se o benefício da extensão aos discentes a partir das experiências vividas, vez que estes podem crescer e se desenvolver em seu percurso acadêmica e até profissional. De fato, quando finalizada a etapa da formação acadêmica, será possível perceber também alguma vantagem obtida por meio do engajamento em grupos de extensão, inclusive quando da inserção no mercado de trabalho. Isto pode ser vislumbrado a partir de um aprofundamento acerca de ações mais específicas do PAJUP, considerando a própria percepção daqueles que fizeram parte do grupo.

Na atuação do PAJUP, destaca-se, de modo particular, os conflitos fundiários coletivos urbanos em Paço do Lumiar-MA, relatado no livro Direito achado na Ilha, publicado em março do corrente ano. Daquilo que é apresentado no livro (relatório detalhado de todas as atividades e diversos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos membros do PAJUP), percebe-se também o desenvolvimento da pesquisa, aliada à prática extensionista do

grupo:

O PAJUP, enquanto assessoria jurídica universitária popular, propondo pesquisar a proteção jurídica da posse no contexto de conflitos fundiários coletivos urbanos em Paço do Lumiar-MA, pretende incidir na mudança do grave cenário de conflitos urbanos no qual diversas comunidades se inserem. Neste compasso, mostra-se importante a pesquisa para o fortalecimento da luta dos membros da comunidade, sensibilização da comunidade acadêmica e jurídica, mobilização de canais de participação popular e questionamento do modelo jurídico dominante. (BRUZACA e SOUSA, 2018, p.38).

Há um incremento no trabalho desenvolvido junto às comunidades, que é resultado de um enriquecimento recíproco, vez que tanto os membros da comunidade podem se beneficiar dessa articulação com os estudantes, quanto os próprios estudantes podem crescer nesse contato com a comunidade e suas necessidades, o que se percebe a partir do relatório dos trabalhos realizados:

O PAJUP pôde compartilhar experiências acerca da vivência das comunidades frente aos conflitos, colheu informações sobre os processos judiciais e realizou formação teórica que permitiu a compreensão conjunta do problema, assessorando juridicamente as comunidades e lhes encaminhando a órgãos como Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular. (BRUZACA e SOUSA, 2018, p.114).

Além disso, houve vários trabalhos realizados pelos membros do PAJUP que deram visibilidade às comunidades de atuação, especialmente, a comunidade do Cajueiro, de Eugenio Pereira e Renascer, localizadas no Município de Paço do Lumiar-MA, tais como: monografia “A experiência do PAJUP na comunidade de Cajueiro do Paço do Lumiar: considerações sobre a efetivação do direito à moradia” de autoria de Mayara Araujo Abreu, ex-integrante do PAJUP; Apresentação no III Congreso de Estudios Poscoloniales y IV Jornadas de Feminismo Poscolonial “Intersecciones desde el Sur: Habitando Cuerpos, Territorios y Saberes”, com o trabalho “Protagonismo feminino e direito à moradia: a luta das lideranças comunitárias em conflito coletivo fundiário urbano em Paço do Lumiar no Maranhão”; das autoras Glaucia Maria Maranhão Pinto Lima e Mayara Araujo Abreu, então integrantes do PAJUP; Apresentação no Encontro Nordeste da Rede Latino-americana de Antropologia Jurídica, da UFMA/UEMA, com o trabalho: “Análise do pluralismo jurídico sob a ótica das comunidades tradicionais: métodos alternativos de auto-organização e resolução de conflitos” dos autores Alice Rêgo Matos, Ricardo Henrique O. Pestana e Anne Karoline de Jesus Aires; dentre outros...

Esta contribuição também na produção científica, a partir da experiência dos membros do PAJUP, pode representar um comprometimento com a defesa dos direitos humanos e coletivos que se vai além da prática extensionista. Assim, faz-se oportuno ainda dar voz aos alunos que integraram o grupo e que hoje, tendo concluído esta etapa acadêmica, conseguem fazer uma leitura mais ampla para explicar até que ponto a experiência com a extensão os tornou defensores de direitos humanos, especialmente no

tocante às demandas coletivas.

2.3 O PAJUP sob a ótica dos seus membros

A partir da percepção dos membros do PAJUP, pode-se considerar as implicações da experiência com a extensão ao longo de suas formações acadêmica e profissional. Para tanto, é fundamental compreender o que os motivou a participar do PAJUP, buscando perceber como se deu essa inserção, para depois observar seus eventuais benefícios. Para cada um dos entrevistados, houve uma motivação diversa. Contudo, é possível identificar em todos, alguns pontos comuns, tais como o desejo de ir além do conhecimento dogmático do Direito.

Para Mayara Abreu, ex-integrante do PAJUP, com o avanço no curso e com o predomínio daquelas disciplinas típicas do âmbito jurídico na grade curricular, percebeu que, diferentemente de outros alunos, que então passam a se dedicar mais ao curso, afirmou em entrevista: “fui aquela exceção, eu já não gostava”. Seu interesse era pelas matérias críticas ao Direito. Assim, tratou de buscar outras formas de se conectar àquele tipo de conhecimento, por isso entrou em contato com membros do PAJUP à época: “fiz a seleção e gostei muito da forma como o Direito era abordado ali, considerando a crítica ao Direito e sua aplicação”. Portanto, percebe-se que o grupo pode oferecer uma oportunidade para os alunos do curso de Direito ampliarem seus horizontes e encontrarem maior satisfação no decorrer da formação acadêmica.

Em relação à Ricardo Pestana, também ex-membro do grupo, logo no início do curso começou a se relacionar com as pessoas do PAJUP e, devido às suas aspirações pessoais por um bem estar coletivo, foi se identificando com as pautas de lutas do grupo. Ele afirmou ainda que “tinha uma visão muito restrita de direitos humanos” e quando iniciou percebeu que tudo foi contribuindo para uma formação mais robusta durante a faculdade. Assim, observa-se que para o engajamento dos alunos na extensão é fundamental também existir uma identificação com os objetivos do grupo.

Para concluir essa primeira visão a respeito das motivações para o ingresso no PAJUP, é interessante também ouvir seus membros constituidores. Nesse sentido, os relatos de Alexandre Ferreira¹, membro-fundador do grupo, ajudam a perceber que a sua motivação foi voltada à própria criação do PAJUP naquela Instituição de Ensino Superior, desde o primeiro contato com a Assessoria Jurídica Popular em 2006, conforme relatado anterior. Por isso, sua entrada no grupo foi bastante peculiar, coincidindo com a sua criação. Há ainda que destacar que sua motivação pessoal estava relacionada à oportunidade de utilizar o Direito como meio de emancipação social.

Quanto às atuações do PAJUP que mais impactaram na formação e na vida dos entrevistados, Mayara, relata que o fato de poder se envolver com as ocupações de estudantes, dos índios, mas principalmente com as ocupações por direito à moradia, a

¹ Atualmente, professor da UNDB e também orientador do PAJUP.

ajudou a perceber diferentes formas de violência sofridas pelas comunidades que lutavam por seus direitos. Esta experiência foi fundamental para o seu desenvolvimento enquanto discente, tanto que ao final do curso apresentou trabalho sobre os conflitos fundiários e a luta por direito à moradia na comunidade de Cajueiro, localizada em Paço do Lumiar – MA.

Em consonância com essa perspectiva, também para Alexandre, a atuação inicial do PAJUP com o Grupo de Mulheres da Vila Luizão, bairro periférico de São Luís-MA, foi fundamental para concretização da formação teórica.

É interessante ainda notar que, através da extensão acadêmica, os estudantes puderam desenvolver seu próprio pensamento crítico em relação ao Direito, ao perceber que na prática ele tende a funcionar para um grupo privilegiado e para outros não, tal como afirmou Ricardo, que depois desses contatos com as comunidades e a partir das discussões sobre temas variados, dos quais tinha certo preconceito, ratificou a importância da liberdade que advém do conhecimento.

A partir de suas narrativas, é possível vislumbrar profundas mudanças ocorridas por meio da prática extensionista, da troca de saberes com as comunidades, ao ponto de se refazerem planos pessoais depois da formação acadêmica. Isto foi o que aconteceu com Mayara, que ao entrar no curso de Direito tinha uma pretensão específica, voltada para os concursos públicos. Contudo, após a experiência com o PAJUP, teve outra visão, com a possibilidade de uma nova aplicação do Direito. Ela afirma: “quero trabalhar com a aplicação de Direitos Humanos ou pelo menos não contra eles. Eu não conseguiria fazer qualquer trabalho em um escritório, contrariando aquilo que aprendi na minha vida acadêmica”. Portanto, é possível notar a ocorrência sutil do desenvolvimento discente, com base nessas perspectivas.

Quanto ao fato de os membros se perceberem defensores dos direitos humanos, foram unânimes ao afirmarem que não houve um momento específico. Atuando em grupo e de acordo com demandas coletivas específicas, segundo Ricardo, essa percepção se deu por meio da opinião dos próprios integrantes das comunidades com os quais se relacionavam. Assim ele afirma: “às vezes, você não percebe que veste a camisa, mas está inserido na luta. São as pessoas, em reuniões com órgãos de direitos humanos como Defensorias, ou em reuniões com as comunidades com quem atuávamos que percebiam e então entendíamos que também fazíamos parte daquilo”. Portanto, observa-se o envolvimento dos integrantes do PAJUP com os direitos humanos e coletivos, ainda que considerados de modo intrínseco às próprias atuações.

Por fim, há que se destacar o fato de que muitos membros do grupo ao concluir a graduação em Direito apresentaram trabalhos finais de curso com temas relacionados às experiências vividas no PAJUP, tal como ocorreu com os três entrevistados. Deste modo, percebe-se também o fortalecimento da relação entre a extensão e a pesquisa acadêmica. Ademais, os entrevistados manifestaram-se muito favoráveis a este tipo de relação, vez que consideraram fundamental poder dar voz àquelas comunidades, contribuindo de

alguma forma para mudanças nas mesmas.

3 | CONCLUSÃO

A partir da discussão apresentada sobre os direitos humanos no contexto acadêmico atual, destaca-se a crítica à concepção universalista e essencialista dos direitos humanos, haja vista que os mesmos parecem inefetivos, o que pode contribuir para diminuir o interesse dos estudantes do Curso de Direito. Desse modo, faz-se necessário haver mais espaço no âmbito jurídico para buscar meios de torná-lo mais efetivos. É neste contexto que a atividade de extensão pode se destacar, proporcionando aos discentes uma maior aproximação com a realidade social local, indo além do conhecimento dogmático e positivista, para uma perspectiva mais crítica.

De fato, diante de toda a complexidade para efetivação dos referidos direitos, há que se pensar em institutos próprios capazes de assegurá-la. A tão somente previsão no Programa Nacional de Direitos Humanos, não é suficiente para garantir que haja maior comprometimento discente com a defesa dos direitos humanos e coletivos, em que pese sua importância para a concretização de políticas educacionais. Uma possível solução a esta problemática pode perpassar pela inserção dos estudantes em grupos de extensão universitária.

Nesse sentido, ressalta-se a relevância das Assessorias Jurídicas Populares - AJUP's na formação acadêmica, como forma de oferecer aos alunos do curso de Direito, condições para se desenvolverem por meio de práticas extensionistas, ampliando suas possibilidades de incidência no âmbito social local. Assim, com base na experiência particular do Programa de Assessoria Jurídica Popular (PAJUP), observou-se, por meio dos relatos dos três ex-integrantes entrevistados, ainda que de modo sutil, o desenvolvimento associado à participação no grupo, em termos de conhecimentos adquiridos e aplicados seja através de pesquisas realizadas, mas também enquanto protagonistas de pequenas mudanças sociais, permeadas por lutas em defesa de direitos humanos e a favor da coletividade. Isto porque toda a formação acadêmica passa a ser marcada por uma concepção mais crítica do Direito, que tende a repercutir também na vida profissional.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Mayara Araujo. Entrevista concedida a Luciana Gomes da Silva e Arnaldo Vieira Sousa em 03 de maio de 2018.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ALMEIDA, Ana Lia. Atuação dos grupos de Assessoria Jurídica Popular Universitária junto às organizações populares. In: OLIVEIRA, Assis da Costa. MOURA, Ana Paula Medeiros de; SANTOS, Julyanne Cristine B. de Macedo dos. **Do sonho ao acontecer: 10 anos de NAJUPAK**. Belém: PROEX-UFPA, 2014.

BÉCHADE, Maria José Soares. Educação em direitos humanos no ensino jurídico na UFPB. **Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, João Pessoa: 2013.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**: Lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesim, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Estatuto do PAJUP**, de 26 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://pajup-undb.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 maio 2018.

BRUZACA, Ruan Didier; SOUSA, Arnaldo Vieira (Orgs). **Direito achado na ilha**: tutela jurídica da posse no contexto de conflito fundiário coletivo urbano no município de Paço do Lumiar/MA. São Luís: PAJUP, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1jDwVmRENqC00UPkOVc0EO6wM6xL-FLpS/view>>. Acesso em: 03 maio 2018.

FACHIN, Luiz Edson; PIANOVSKI, Carlos Eduardo. **A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo**: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Conselheiros/Luiz-Edson-Fachin.pdf>>. Acesso em: 30 abril 2018.

FERREIRA, Alexandre de Sousa. Entrevista concedida a Luciana Gomes da Silva e Arnaldo Vieira Sousa em 07 de maio de 2018.

FURTADO, Rosyane Silveira da Mata. Ensino jurídico e direitos humanos: itinerários para a formação de uma dimensão axiológica, humanista e inclusiva. **Dissertação de Mestrado em Direito**, Faculdade de Direito do Sul de Minas, 2012.

NORONHA, Evanderson Camilo. A Assessoria Jurídica Universitária Popular como uma proposta contra-hegemônica à educação jurídica tradicional. **Revista InSURgência**, ano 2, v.2, nº2, Brasília: 2016.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Assessoria Jurídica Universitária Popular: bases comuns para rumos diferentes. In **Direito e Práxis**, vol. 1, n. 01, 2010, p. 110-126.

PESTANA, Ricardo Henrique O. Entrevista concedida a Luciana Gomes da Silva e Arnaldo Vieira Sousa em 04 de maio de 2018.

RIBAS, Luís Otávio. "O que é assessoria jurídica popular?". **Dissertação de Mestrado em Direito**, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/p/quem-somos.html>> Acesso em: 15 abril 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista crítica de Ciências Sociais, nº 48, junho, 1997, p. 11-32.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à Justiça 1, 11, 12, 13, 26

Adolescência 5, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 106, 110

América latina 9, 94, 98, 129

Assessoria jurídica popular 7, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 186, 187, 188

B

Benefício 24, 28, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 182

Bolsa família 5, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51

C

Cidadania 38, 40, 43, 51, 52, 54, 57, 58, 62, 64, 78, 94, 97, 98, 140, 158, 163, 171, 174, 180

Coletividade 4, 7, 16, 17, 21, 24, 26, 142, 144, 151, 154, 172, 174, 177, 178, 181, 186

Constituição 2, 4, 4, 14, 15, 16, 20, 22, 24, 27, 29, 30, 35, 37, 42, 49, 50, 52, 57, 58, 62, 64, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 127, 129, 130, 133, 141, 143, 144, 145, 146, 155, 156, 160, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 197, 199

Consumo de drogas 6, 100, 102

Corrupção 6, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 171, 172, 173, 174, 175

Cultura contributiva 5, 66, 68, 69, 70, 72

D

Direito 2, 4, 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 32, 37, 39, 48, 49, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 64, 67, 74, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 202

Direito à saúde 4, 6, 48, 100, 101, 102, 107, 108, 109

Direito potestativo 6, 128, 130, 131, 132, 135, 137

Direitos fundamentais 52, 53, 58, 79, 96, 140, 141, 144, 145, 153, 156, 172, 179, 182, 188

Direitos humanos 4, 7, 13, 47, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 86, 88, 95, 99, 110, 140, 141, 145, 152, 156, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Direito tributário 14, 15, 21, 23, 24, 29, 31, 67

Discente 7, 155, 177, 178, 180, 182, 185, 186

Divórcio impositivo 6, 128, 132, 135, 136, 137, 138, 139

Docente 4, 7, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201

E

Empoderamento 5, 38, 40, 44, 45, 48, 49, 50, 144

Ensino 4, 6, 20, 45, 66, 67, 76, 78, 81, 107, 126, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 187, 197, 199, 202

Estado democrático 5, 2, 8, 49, 74, 76, 79, 80, 82, 138, 141, 142, 143, 144, 150, 151, 152, 154, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 168, 173, 174, 175, 176

F

Fator cultural para o delito 75

I

Identidade docente 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199

Inconstitucionalidade 14, 19, 23, 25, 27, 30, 33, 34

Infância 5, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 106

Inovações nanotecnológicas 6, 113, 126

Isenção tributária 33, 34

J

Jurista 5, 1, 5

Justiça 1, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 40, 60, 76, 79, 81, 84, 86, 96, 128, 130, 135, 136, 137, 144, 147, 165, 167, 174, 178, 179, 180

L

Lava Jato 172, 174, 176

Leis de iniciativa parlamentar 5, 32

Liberdade 6, 14, 16, 43, 57, 59, 76, 86, 92, 135, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 169, 185

Liberdade de expressão 6, 57, 59, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156

M

México 5, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 99, 126

Mobilidade transfronteiriça 88

Modernidade periférica 6, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176

Movimentos sociais 57, 60, 63, 159, 171, 173, 174, 177, 179, 181

P

Países periféricos 160, 161, 163, 165, 167, 174

Participação popular 166, 181, 183

Persecução penal 5, 74, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Políticas públicas 4, 5, 32, 34, 36, 40, 43, 52, 54, 60, 62, 76, 79, 80, 82, 85, 94, 98, 103, 107, 109, 110, 155, 164, 174, 175

Povos indígenas 77, 78, 80, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 110

Programa social 38

S

Sociedade pluriétnica 74

Sustentabilidade 121, 123, 124, 125, 127





T

Taxa de lixo 5, 14, 19, 22, 25

Territorialidade Kaiowá/ Paĩ Tavyterã 88

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição





 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

II

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

II